

Educação e o futuro

José Luiz Valente

Nesta terça-feira, 8 de janeiro, o governador José Roberto Arruda assumirá um compromisso com o futuro da educação pública de qualidade no Distrito Federal, quando empossar as equipes escolhidas pela comunidade escolar com a obrigação, traduzida num termo de compromisso a ser assinado por todos os diretores durante a posse, de cumprir metas que nos coloquem, em todos os indicadores de qualidade disponíveis para medir o alcance das metas para a excelência do ensino no Brasil, entre os estados mais bem colocados no País – ou, como é nosso firme objetivo, o melhor colocado de todos.

As novas equipes terão um prazo de dois anos para apresentarem resultados, no mínimo, que obedeçam aos parâmetros indicados pela Secretaria de Educação conforme as seguintes metas:

- elevação do índice de desempenho da escola no IDEB em relação à sua média anterior;
- redução em 20% no percentual dos alunos defasados em idade x série;
- aumento do índice de aprovação em 20%, a partir deste ano letivo;
- acesso e permanência do aluno com necessidades educacionais especiais, preferencialmente em classes comuns;
- diminuição da evasão escolar em 20% ao ano, a partir deste ano.

Uma leitura rápida deste resumo das metas que estabelecemos para os novos diretores demonstra cabalmente quem o governador sempre teve em foco quando decidiu implantar aqui a Gestão Compartilhada: o aluno. Se os indicadores não atingirem os resultados comprometidos ao final de 2009, a comunidade escolar será novamente convidada a participar da escolha de dirigentes, de modo a que se retome o caminho das metas até então não alcançadas.

A cobrança de resultados também funcionará para a Secretaria de Educação. Caberá a nós criarmos o ambiente necessário para que os novos gestores tenham condições de trabalhar pelo cumprimento das metas. Investimos para melhorar suas condições de trabalho. Há muitas medidas em andamento – como a implantação de um confiável sistema de informática – mas duas delas, já criadas por decretos assinados pelo governador, se destacam: todas as escolas terão orçamento próprio este ano para realizar pequenas obras, fazer consertos, comprar materiais e pagar contas de água, luz e telefone; e a criação, para funcionar já a partir do início do ano letivo, de um banco de professores temporários que substituirão, de forma imediata, professores faltosos ou licenciados.

Assim funciona a Gestão Compartilhada com Cobrança de Resultados. Ela é assim chamada porque exige responsabilidade e participação de todos: professores, auxiliares de educação, pais e alunos. O nosso governador não poupou nem a si próprio. Em 2010, será a vez da sociedade cobrar do governo os compromissos assumidos por ele neste momento histórico. E esses compromissos, que nós aqui temos a tarefa de realizar, são maiores ainda: oferecer educação de qualidade, em igualdade de condições, a cada um dos alunos da rede pública, more ele onde morar no Distrito Federal, estude na escola que estudar. A ordem do governador é essa: todas as benfeitorias levadas a uma escola pública deverão ser multiplicadas por todas as escolas da rede.

É meta ambiciosa, devido ao tamanho do desafio: somos 620 escolas, 42 mil professores entre ativos e aposentados, 30 mil servidores, 520 mil alunos, num total de quase 700 mil pessoas, o equivalente à população de 307 municípios brasileiros juntos. Por isso mesmo, requer grandes esforços de todos nós, sociedade e governo, dessa e de outras secretarias, de professores, diretores, profissionais das escolas, diretores regionais de ensino e sempre, sempre, dos pais. Temos convicção de que venceremos o desafio se não perdermos de vista o nosso foco em nenhum momento: o aluno, esse que em alguns anos conduzirá o destino do nosso Distrito Federal e do nosso País.

Já falamos sobre isso em artigo recente ao **Jornal de Brasília**, mas não me canso de repetir: a receita para a gestão que desejamos é não perder tempo reinventando a roda, mas fazer as coisas óbvias, que dão resultado, e ter a coragem de fazer diagnósticos verdadeiros por mais dolorosos que sejam. A situação em que se encontra a educação brasileira nos exige a postura de definir prioridades, visto que o número de problemas que se arrastam no tempo é surpreendente. O que falta, no mais das vezes, é coragem ao governante para confrontar o problema. Essa coragem não falta a este governo.